

DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO SOCIALIZADORA E IGUALDADÁRIA NA REALIDADE BRASILEIRA: UMA REVISÃO DA LITERATURA¹

DALACQUA, Milena Josué.²

SEIBERT, Jhessica Martelli.³

TOMASSON, Maria Laura.⁴

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata⁵

RESUMO

Este artigo científico aborda a realidade brasileira e algumas das dificuldades encontradas na busca por uma educação que promova a socialização e a igualdade entre os indivíduos. Considerando o contexto socioeconômico e cultural do país, discutiremos os principais desafios enfrentados na construção de um sistema educacional inclusivo e equitativo. Serão analisados fatores como a desigualdade socioeconômica, a falta de infraestrutura adequada nas escolas, a formação e valorização dos profissionais da educação, bem como a segregação e exclusão presentes no sistema educativo. Propomos reflexões sobre políticas públicas, práticas pedagógicas e a participação da sociedade na busca por uma educação que promova a socialização e a igualdade como pilares fundamentais da formação dos indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Socialização; Educação; Desigualdade Socioeducacional.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo possui a finalidade de apresentar o cenário da educação brasileira e suas repercussões quanto à dificuldade em estabelecer uma socialização efetivamente boa e igualitária. Nesse sentido, este trabalho teve o objetivo de analisar o papel da educação na formação individual do ser humano, e compreender alguns dos entraves relacionados à educação existentes no Brasil, através da revisão bibliográfica de outros artigos científicos, trabalhos, pesquisas e estudos que buscam elucidar as condições de educação segundo a realidade brasileira.

Para tal, foram abordadas as contribuições de diversos autores como Émile Durkheim, Bourdieu, Raquel Souza Lobo Guzzo, Joyciane Coelho Vasconcelos e outros que forneceram discussões pertinentes e que também discutiram as repercussões da educação na socialização do brasileiro. Assim como, o investimento que a política brasileira faz na infraestrutura e capacitação profissional na educação.

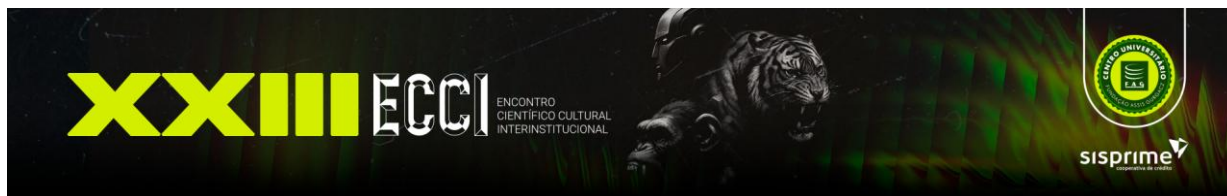
¹Artigo elaborado a partir de pesquisa realizada na disciplina de Leituras Multiculturais e Sociodiversidade, do Programa de Desenvolvimento Pessoal e Profissional- PRODEPP VII, do Curso de Medicina, do Centro Universitário Assis Gurgacz.

²Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário Assis Gurgacz. E-mail: mjdalacqua@minha.fag.edu.br

³Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário Assis Gurgacz E-mail: jmseibert1@minha.fag.edu.br

⁴Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário Assis Gurgacz. E-mail: mltomasson@minha.fag.edu.br

⁵ Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Professor do Centro Universitário FAG. E-mail: eduardo@fag.edu.br



2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÃO

A educação, desde os primórdios da humanidade, tem sido o epicentro da disseminação dos valores, normas, comportamentos, papéis sociais e crenças em uma sociedade, de forma que através do processo educativo, o indivíduo transcende a concepção de singularidade, isto é, do “mim”, sendo conduzido ao coletivo, à vida em sociedade, ao “nós”.

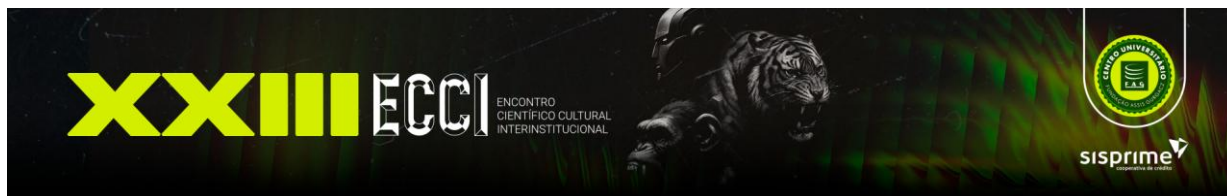
Nesse sentido, família, escola, colegas, mídias e tecnologias, e outros agentes sociais são influências enérgicas na educação individual. A família desempenha o primeiro papel educacional, proporcionando as primeiras interações com outros indivíduos, fornecendo suporte emocional e transmitindo valores pessoais ao longo das gerações. Idealmente, a família estimula o aprendizado e oferece suporte abrangente ao desenvolvimento individual. A escola, por sua vez, é um agente crucial na educação formal, requerendo um ambiente escolar adequado, professores capacitados, recursos educacionais disponíveis e práticas pedagógicas apropriadas para promover o desenvolvimento acadêmico e social.

Segundo o sociólogo, Émile Durkheim (2011), esse caráter social advém através da chamada socialização metódica, conforme a qual, um dos aspectos compreende todos os estados mentais que se relacionam exclusivamente com o indivíduo e os eventos de sua vida pessoal; pode-se denominar isso como o ser individual. O outro aspecto refere-se ao sistema de ideias, sentimentos e hábitos que não expressam a personalidade individual, mas sim o grupo ou grupos dos quais o indivíduo faz parte; exemplos disso são as crenças religiosas, as crenças e práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais e as opiniões coletivas em geral. Essa união forma o ser social.

A partir disso, observa-se o papel da educação como um vértice central entre indivíduo e sociedade. Ela contribui para a construção da identidade social, promove o desenvolvimento psicossocioeconômico dos indivíduos e estimula sua participação ativa na sociedade.

2.1 REALIDADE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: EVASÃO ESCOLAR

A realidade da educação brasileira atualmente é marcada por uma série de desafios e paradoxos. Apesar dos avanços e esforços realizados, persistem grandes lacunas e desigualdades que afetam a qualidade e a acessibilidade do ensino. A falta de investimentos adequados, a precariedade da infraestrutura escolar, a formação deficitária dos profissionais da educação e a exclusão de grupos vulneráveis são apenas algumas das questões que permeiam o sistema educacional brasileiro. Além



disso, a desigualdade socioeconômica e regional continua sendo um dos principais obstáculos para garantir uma educação de qualidade para todos os cidadãos.

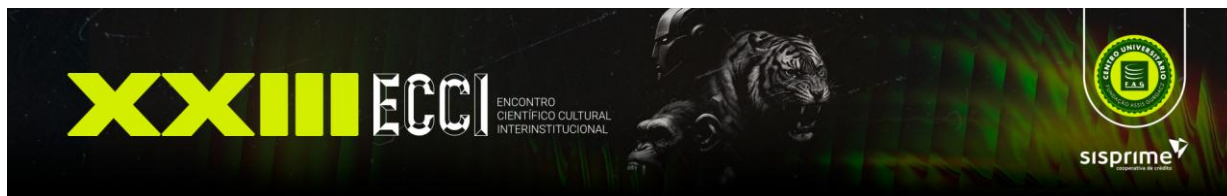
De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constata-se um elevado índice de evasão escolar no Brasil. Segundo essa instituição, considerando que a escolaridade básica compreende nove anos, observa-se que indivíduos entre doze e quatorze anos, pertencentes a famílias com renda familiar per capita superior a dois salários mínimos, apresentam uma média de 6,4 anos de estudo, ao passo que aqueles cujo rendimento se situa abaixo desse patamar exibem uma média inferior de escolaridade (3,4 anos). Tal cenário se repete em todas as faixas etárias. Por exemplo, entre dezoito e vinte e quatro anos, os indivíduos pertencentes ao estrato de renda acima de dois salários mínimos per capita apresentam uma média de 10,6 anos de estudo, ao passo que aqueles com renda abaixo desse patamar registram uma média de 4,6 anos (IBGE, 2000).

Nesse sentido, a evasão escolar é um desafio significativo enfrentado pelo sistema educacional brasileiro. A falta de acesso a uma educação de qualidade, a situação socioeconômica desfavorável, a violência nas comunidades e a falta de suporte familiar são alguns dos fatores que contribuem para essa problemática. A evasão escolar não apenas prejudica o desenvolvimento individual, mas também compromete o crescimento social e econômico do país.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), constata-se que apenas 16,53% dos jovens de 15 anos estão matriculados na escola, enquanto 22% trabalham e estudam, 8% dedicam-se exclusivamente aos estudos, 7% estão em busca de emprego enquanto estudam, e 10% estão fora do sistema educacional (IBGE, 2000).

Outrossim, a situação supracitada, reflete um quadro generalizado de analfabetismo, que, em uma sociedade com exigências cada vez maiores de qualificação e estudo para a inserção no mercado de trabalho, acaba servindo aos interesses da lógica capitalista dominante. Esse cenário contribui para a manutenção de uma reserva de mercado e perpetua a divisão social do trabalho, que estabelece uma clara distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual. A evasão escolar, nesse contexto, desempenha um papel fundamental ao criar uma lacuna na formação educacional dos indivíduos, limitando suas oportunidades de desenvolvimento e contribuindo para a reprodução das desigualdades socioeconômicas existentes. Assim, a relação entre a lógica capitalista e a evasão escolar no contexto brasileiro está intrinsecamente ligada à manutenção das hierarquias e à perpetuação da divisão entre diferentes formas de trabalho.

2.1.1 Desigualdade socioeducacional

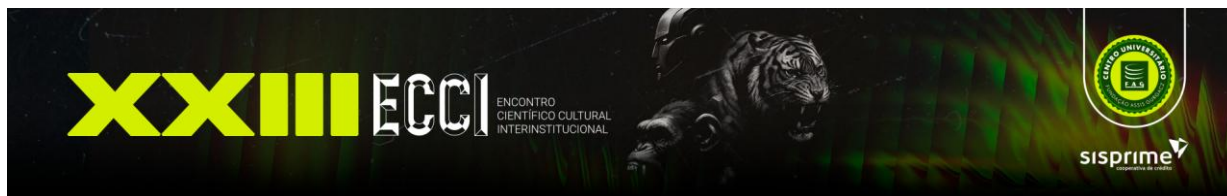


A desigualdade socioeducacional está intimamente ligada com as outras formas de desigualdade social, como a desigualdade econômica e a segregação urbana, em que entra em um ciclo difícil de ser quebrado. Trata-se de questão complexa e multifacetada que impacta numerosos países em escala global, principalmente os mais pobres, por ter uma disparidade significativa no financiamento das escolas. No contexto específico do Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece que o acesso ao ensino público gratuito e com padrão de qualidade é um direito de todos os cidadãos (BRASIL, 1988). No entanto, infelizmente, a realidade revela que esse princípio de acesso igualitário à educação é frequentemente desrespeitado no país.

As causas que contribuem para essa desigualdade estão intrinsecamente ligadas a uma série de fatores. Dentre elas, destacam-se a infraestrutura precária escolar, a insuficiência de recursos financeiros, o que acarreta na falta de acesso a materiais educacionais adequados, carência de professores qualificados ou com uma formação inadequada para aquela área. Além disso, é importante mencionar que a desigualdade socioeducacional também está associada à discriminação com base em critérios como raça, etnia, origem socioeconômica e gênero.

A desigualdade socioeducacional se manifesta claramente nos resultados educacionais, onde é possível observar que estudantes provenientes de origens socioeconômica menos privilegiada, tendem a ter um desempenho inferior comparado aos alunos de origem mais privilegiadas. Essa disparidade se reflete na menor probabilidade de conclusão do ensino médio e de acesso ao ensino superior. E isso tem implicações significativas no que diz respeito à mobilidade social e redução da pobreza, uma vez que perpetuando um ciclo de miséria e marginalização.

A busca por soluções para essa situação é um desafio complexo, porém, é de extrema importância para construção de uma sociedade mais igualitária e justa. E isso requer políticas públicas proativas que priorizem a educação como um direito fundamental, garantindo sua distribuição equitativa para todos.



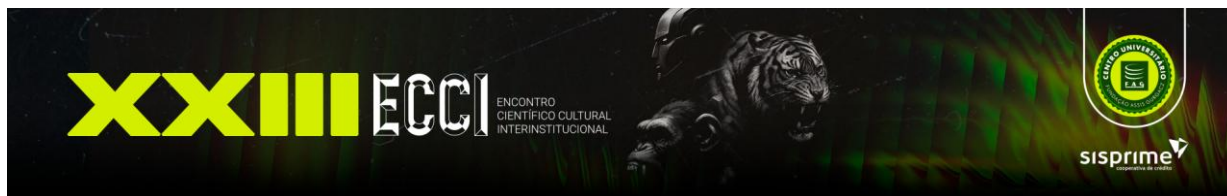
2.1.2. Infraestrutura, capacitação profissional e investimentos na educação brasileira

Parte-se do princípio da educação como base nos processos de desenvolvimento dos seres humanos, de modo que está presente em todas as fases da vida do indivíduo, principalmente durante sua capacitação profissional. No entanto, para uma educação de qualidade é necessário lançar mão de investimentos direcionados e fundamentados em planos de ações e diretrizes.

Ao longo dos anos a educação no Brasil tem passado por diversas mudanças e amparado diversos pontos precários, mas sobretudo persistem problemas básicos, entre eles o mau uso dos recursos públicos e a desigualdade entre escolas. Segundo Garcia (2014), a causalidade entre educação, desempenho e infraestrutura tem se mostrado evidente no Brasil nas últimas décadas, de modo que é estabelecida e avaliada a partir de critérios específicos, como por exemplo os indicadores dos níveis básicos de matemática, capacidade de leitura, e interpretação de texto que de acordo com Taparoski (2016), tem se demonstrado em baixa no Brasil e evidenciando as inconsistências e mau direcionamento dos recursos e investimentos.

De acordo com as pesquisas realizadas por Machado e Barbeta (2015), a partir de uma análise multinível, pode-se constatar que a infraestrutura das escolas e seus utensílios foi o fator causal de maior efeito sobre o desempenho dos alunos avaliados do 5 ano do ensino básico nas disciplinas de língua portuguesa e matemática. Posto isso, os autores incluem as escolas brasileiras na categoria elementar, longe do ideal e correspondente com os planos de ações realizados. Apesar dos investimentos realizados pelos estados e municípios, Vasconcelos (2019), aponta a desigualdade de infraestruturas e recursos entre as escolas de um mesmo município, de tal modo que indica a escassez de políticas públicas que assegurem uma divisão igualitária e impeça tais discrepâncias que contribuem para um ambiente escolar desfavorável e por muitas vezes, ineficaz.

Na pesquisa realizada por Vasconcelos (2019), a infraestrutura foi analisada através do Índice de Infraestrutura Escolar (IIE) que capta condições de infraestrutura de serviços básicos, infraestrutura física, disponibilidade de equipamentos e capacitação de discentes de escola públicas de Ensino Fundamental, a escolha destas dimensões foi baseada na importância de cada item determinada pelos planos de ações vigentes no país. Este indicador evidenciou a evolução dos investimentos em infraestrutura de 2007 a 2017, onde regiões como Sul, Sudeste e Centro-oeste investiram uma maior quantia monetária que os demais estados, porém, ao longo do período de tempo avaliado houve um crescimento de 42% no IIE do país, ainda como ponto positivo embora as desigualdades permaneçam.



Além de infraestrutura, o estudo evidenciou o impacto causado pela carência de investimentos e formação precária dos profissionais que impactam diretamente no desenvolvimento dos alunos. Vasconcelos, 2019, ressalta que os planos de desenvolvimento educacional devem ir além de comprar equipamentos e prover condições básicas de infraestrutura, a capacitação e qualificação dos professores que estão à frente de toda a população infantil também deve ser tida como prioridade inegociável.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Melhorar o cenário atual da realidade educacional brasileira é uma urgência que deve ser pautada como um problema básico e iminente, que demanda recursos direcionados para regiões mais desprovidas visando uma equidade nacional, bem como um plano de ação efetivo que de maneira distributiva e equivalente cada ente possa contribuir e possibilitar avanços correspondendo às metas e expectativas já determinada pelos planos educacionais.

A equidade educacional é um direito de todos os cidadãos brasileiros, e a promoção de uma educação de qualidade é fundamental para construir uma sociedade mais justa, igualitária e desenvolvida. Somente por meio de políticas públicas efetivas será possível transformar a realidade educacional brasileira, reduzir as desigualdades socioeconômicas e garantir um futuro promissor para as próximas gerações.

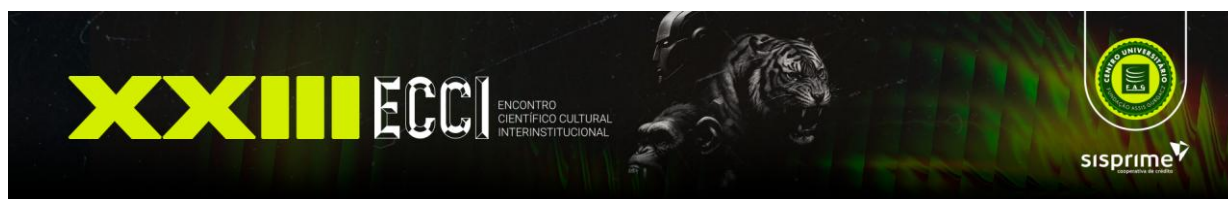
Portanto, a superação desses desafios exige um compromisso sério e duradouro por parte do Estado, da sociedade e de todos os envolvidos no processo educacional. É necessário investir em infraestrutura adequada, garantir a formação e a valorização dos profissionais da educação e destinar recursos suficientes e eficientes para a área.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

DURKHEIM, Émile. trad., Stephania Matousek. **Educação e Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2011.
IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

FERREIRA, W. Bourdieu e educação: concepção crítica para pensar as desigualdades socioeducacionais no Brasil. **e-Mosaicos**, v. 2, n. 3, p. 46–59, 1 jun. 2013.



GUZZO, Raquel Souza Lobo; EUZEBIOS FILHO, Antonio. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. **Escritos educ.**, Ibirité , v. 4, n. 2, p. 39-48, dez. 2005 .

GARCIA, P. S. Um estudo de caso analisando a infraestrutura das escolas de ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 23, p. 137-159, set./dez. 2014.

MACHADO, D. C. O.; BARBETTA, P. A. Escala para medir o nível de aparelhamento das escolas. In: REUNIÃO DA ABAVE, 8., Florianópolis. Anais[...]. Brasília, DF: **Associação Brasileira de Avaliação Educacional**, 2015. p. 43-56.

VASCONCELOS, Joyciane Coelho et al. Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 113, p. 874-898, 2021.

TAPOROSKY, B. C. H. O valor anual mínimo por aluno do FUNDEB, o CAQi e a reserva do possível. **Revista Fineduca**, Porto Alegre, v. 6, p. 1-16, 2016.